
Ao Presidente da Comissão de licitação do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú

Ref. Conc. nº. 90322/2025

Processo Administrativo nº. 23350.003861/2024-51

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de remanescente de obra de construção do CIE – Centro de Iniciação ao Esporte do Instituto Federal Catarinense – Campus Camboriú

JP ENGENHARIA LTDA, situada na Rua Ernesto de Matos Carvalho, 1115- Sala 01 - Jardim Água Boa, Dourados (MS), inscrita no CNPJ nº 10.705.330/0001-36 e inscrição estadual nº 28.351.993-2, neste ato representada pelo seu administrador, vem apresentar **CONTRARRAZÕES** ao recurso administrativo interposto pela empresa **DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA**, pelos motivos e fundamentos a seguir expostos.

I. Das razões do recurso.

Trata-se de recurso administrativo interposto por DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA em face de decisão da Comissão de Licitação que a declarou inabilitada no certame supracitado. Sustenta a recorrente que, durante a fase de análise das propostas comerciais, foi identificado erro na planilha de custos disponibilizada pela Administração, a qual continha dois valores distintos para o mesmo item da proposta, sendo um deles manifestamente incorreto e incompatível com os parâmetros estabelecidos no edital.

Afirma que, embora tenha solicitado a correção do equívoco, tal pedido foi formalizado apenas no dia subsequente ao encerramento da sessão pública, sem que houvesse comunicação formal e prévia da Comissão quanto à data e ao horário de eventual reabertura da sessão. Tal omissão, segundo a recorrente, configuraria violação ao princípio da publicidade, bem como aos ditames da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Federal nº 10.947/2022.

Argumenta, ainda, que sua inabilitação foi indevidamente fundamentada na suposta intempestividade da apresentação da proposta corrigida, sendo certo que a ausência de comunicação oficial inviabilizou seu exercício regular do contraditório e da ampla defesa.

No mesmo recurso, alega-se que a empresa JP ENGENHARIA LTDA deveria ter sido inabilitada, pelos seguintes fundamentos:

- a) apresentou balanços referentes aos exercícios de 2022 e 2023, sendo que o balanço de 2022 não atende ao requisito editalício, pois o prazo para sua aceitação expirou em 30/04/2025;
- b) deixou de apresentar as notas explicativas obrigatórias;
- c) não apresentou declaração de preço proposto, conforme exigência editalícia, circunstâncias que, isolada ou cumulativamente, ensejariam a sua inabilitação automática.

É o que cumpre relatar!

DAS CONTRARRAZÕES

1. Da alegada inabilitação indevida. INOCORRÊNCIA.

Conforme se depreende dos registros de comunicação realizados por meio do chat da plataforma oficial do certame, na data de 15 de maio de 2025, às 14h25, foi formalmente solicitada à empresa recorrente a apresentação de nova proposta e planilha orçamentária retificada, com prazo de duas horas para sua juntada ao sistema eletrônico.

Diante da inércia da licitante, a pregoeira promoveu diversas tentativas de contato direto, logrando êxito apenas às 16h10, quando a empresa, então, solicitou prorrogação do prazo, a qual foi concedida pela agente de contratação e, posteriormente, expressamente renunciada pela própria recorrente às 16h23.

A sessão foi encerrada às 16h44, ocasião em que a pregoeira informou, de maneira clara e objetiva, a retomada dos trabalhos para o dia seguinte (16 de maio de 2025), às 10h00,

sendo certo que todos os licitantes, inclusive a empresa recorrente — que ainda interagiu ativamente na plataforma —, restaram devidamente cientificados.

Na continuidade da sessão, no dia 16 de maio de 2025, foram direcionadas novas mensagens à recorrente, oportunidade em que a agente de contratação comunicou a existência de inconsistência entre o valor da proposta apresentada e a planilha orçamentária, reiterando a convocação para apresentação do documento retificado. Não obstante as repetidas tentativas de contato, a empresa permaneceu silente, conforme registrado nos autos do processo.

Inexiste violação ao art. 5º, da Lei nº 14.133/2021!

Outrossim, não há que se falar em art. 22 do Decreto 10.847/2022, visto que inaplicável ao caso em comento, tanto sob o ponto de vista jurídico quanto fático. No caso concreto, não houve suspensão da sessão após a análise documental. Ao contrário, a condução dos trabalhos foi feita de maneira contínua e transparente. A agente de contratação: a) Estabeleceu prazos razoáveis; b) Promoveu tentativa de contato direto com a empresa. c) Concedeu prorrogação de prazo; d) Informou, de forma inequívoca, a continuidade da sessão no dia seguinte às 10h, com todos os licitantes devidamente cientificados no chat da plataforma oficial.

Oras, a empresa interagiu ativamente no sistema, inclusive renunciando à prorrogação concedida, e permaneceu ciente da data e hora de retomada da sessão, sendo, portanto, descabida qualquer alegação de ausência de comunicação com 24 horas de antecedência.

Destaca-se, portanto, que, embora devidamente cientificada quanto à continuidade da sessão, a empresa não compareceu ao ato e tampouco apresentou os documentos exigidos, razão pela qual não há que se falar em ausência de comunicação formal ou violação aos princípios do contraditório e da ampla defesa. A conduta omissiva da recorrente justifica, de forma legítima e fundamentada, a sua inabilitação no certame.

Outrossim, há de se destacar que os licitantes devem observar os prazos e condições estabelecidos no edital e nos atos do processo licitatório. Ainda, o dever de diligência e acompanhamento dos atos incumbe aos licitantes, especialmente em ambiente eletrônico. A empresa recorrente, embora devidamente informada sobre a continuidade da sessão, não

compareceu nem apresentou a documentação exigida no momento oportuno, de forma que, sua inércia resultou na correta desclassificação do certame.

Ademais, o próprio edital reitera, por diversas ocasiões, a responsabilidade da empresa licitante pelo acompanhamento, manuseio e alimentação do sistema eletrônico. Nesse sentido, à título exemplificativo, cita-se disposições editalícias:

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

Não bastasse, a não apresentação da planilha retificada no prazo estabelecido, após solicitação formal, configura descumprimento de exigência editalícia essencial para a habilitação, bem como afronta a Lei 14.133/2021, a qual estabelece as diversas causas da inabilitação, incluindo a não apresentação da documentação solicitada no prazo.

Com efeito, o que se constata na hipótese em apreço é a conduta negligente e a manifesta falta de diligência da empresa licitante no tocante ao regular acompanhamento do certame. A análise das comunicações registradas no sistema eletrônico evidencia a postura omissiva e desinteressada da recorrente, a par de sua inobservância às disposições editalícias. Ademais, o próprio recurso interposto revela a inconsistência da argumentação apresentada, ao invocar dispositivos legais manifestamente inaplicáveis à situação em análise.

Assim, a inabilitação da empresa recorrente revela-se plenamente legal e legítima, de modo que, não merece provimento o recurso interposto por DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA.

2. EMPRESA JP ENGENHARIA LTDA. Habilitação. Documentos conformes.

Não subsiste razão a alegação de irregularidade na habilitação da empresa JP Engenharia LTDA – *ora peticionante*, senão vejamos:

Dos balanços patrimoniais e notas explicativas:

Observe-se o item 9.26 do edital: “Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped”.

Tal dispositivo deixa evidente que a solicitação dos documentos contábeis, incluindo a Escrituração Contábil Digital (ECD), deve ser feita em conformidade com o calendário e os prazos estipulados pela Receita Federal do Brasil. Exigir a apresentação antecipada de obrigações ainda não vencidas contraria a própria determinação legal e pode gerar prejuízos aos licitantes, que têm o direito de cumprir tais obrigações nos prazos previstos.

Dito isso, é de suma importância destacar que conforme Instrução Normativa RFB nº 2.003/2021, a entrega da ECD deve ocorrer até o último dia útil de junho do ano seguinte ao exercício contábil (<http://sped.rfb.gov.br/pagina/show/1285>). Portanto, a ECD referente ao exercício de 2024 tem como prazo final de entrega o dia 30 de junho de 2025, prazo que, até o presente momento não expirou.

Em tempo, ao contrário do alegado pelo recorrente, a apresentação de notas explicativas não consta do rol de documentos descritos no edital, sendo certo que, pelo princípio da vinculação do edital, inexistente obrigação de apresentá-las.

Desta feita, cumpre ressaltar que a empresa apresentou, tempestivamente, as ECDs dos exercícios de 2022 e 2023, em conformidade com as regras estabelecidas pela Receita Federal do Brasil. Tal ação demonstra o cumprimento integral da exigência editalícia, afastando qualquer argumentação de irregularidade quanto à documentação contábil apresentada.

Da ausência de declaração de preço proposto:

O item 7.8 do Edital dispõe: “O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.”.

Em que pese alegação de não apresentação do documento, há de se destacar que referido documento é assinado no próprio sistema em formato eletrônico. O documento em questão foi devidamente assinado pela empresa JP Engenharia Ltda, conforme se verifica abaixo:

Termo de aceitação das declarações



Condições de participação

- ☒ Manifesto ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordo com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei
- ☒ Declaro que minha proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo

Declarações para fins de habilitação

- ☒ Atendo aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.
- ☒ Inexiste impedimento à minha habilitação e comunicarei a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.
- ☒ Cumpro as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- ☒ Manifesto ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- ☒ Cumpro o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

Declarações de cumprimento à legislação trabalhista

- ☒ Observo os incisos III e IV do art. 1º e cumpro o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.
- ☒ Cumpro a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

Fechar

Aliás, reforçando a tese de que a recorrente sequer analisou as especificidades do edital, cabe-nos citar o Item 3.3 do edital:

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, **em campo próprio do sistema**, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

Assim, restando comprovado nos autos que a empresa JP ENGENHARIA LTDA assinou eletronicamente a declaração exigida no item 7.8 do edital, não subsiste qualquer vício ou omissão que possa comprometer sua habilitação, tampouco se sustenta a alegação de descumprimento dos requisitos editalícios.

Dessa forma, verifica-se que não há qualquer irregularidade quanto ao cumprimento da obrigação editalícia por parte da licitante em questão, razão pela qual improcedem as alegações da empresa recorrente, que busca atribuir nulidade a um procedimento regularmente observado pela Administração.

3. DOS REQUERIMENTOS FINAIS

Diante dos fatos e fundamentos expostos, requer:

1. O recebimento e processamento das presentes contrarrazões;
2. O IMPROVIMENTO do recurso interposto pela empresa DE FARIA CONSTRUÇÕES LTDA;
3. A manutenção da habilitação da empresa recorrida no certame, por estar em plena conformidade com os termos do edital e da legislação fiscal vigente.



JP Engenharia Ltda.

Rua Ernesto de Matos Carvalho, 1115, Jd. Água Boa,
Dourados - MS, C.E.P. N.º 79.812-120
E-mail: contato@jpengenhariams.com.br
Fone: **67 3420-7015**

Termos em que, pede deferimento.

Dourados (MS), 28 de maio de 2025.

Jeferson Neandro Chavoni Silva

Representante legal

Administrador

J.P. ENGENHARIA LTDA

CNPJ: 10.705.330/0001-36